



## Integração da mulher ainda longe do desejável - conclui Fórum Anual do AGIR

O empoderamento económico da mulher foi tema de debate durante o Fórum Consultivo Anual do AGIR (Acções de Governação Inclusiva e Responsável) que decorreu em Setembro último em Maputo. O encontro identificou a necessidade de se rever a legislação moçambicana e respectivos regulamentos, atinentes à integração de Género. Mais do que palavras são necessárias acções que mostrem na prática a vontade de mudar o estatuto da mulher moçambicana – concluíram os participantes.

O tema "Empoderamento Económico da Mulher: Desafios e Oportunidades" que constituiu uma das sessões paralelas, no segundo dia do Fórum Consultivo, foi muito concorrido não só pela expectativa movida pelas experiências das painelistas, mas também pelo interesse de homens e mulheres de vários sectores, em dar seu contributo, num debate onde pudessem expor suas preocupações.

O painel era integrado por Ofélia Simão, do Ministério de Economia e Finanças; Telma Mkutumula, do Ministério dos Recursos Minerais e Energia; Paula Boca do BCI; Helena Bandeira da Associação Moçambicana do Cooperativismo Moderno e moderado por Fátima Mimbiri, do Centro de Integridade Pública (CIP).

Ofélia Simão disse que o Ministério de Economia e Finanças tem orientado os restantes ministérios do governo para, na sua planificação, incluírem uma rubrica e orçamento para o sector de Género.

Por seu turno, Telma Mkutumula falou das oportunidades existentes para as mulheres, nomeadamente na área da mineração, ao mesmo tempo reconhecendo que a mineração artesanal é uma actividade de muito risco para as mulheres, apesar de ser uma forma de obtenção de sustento para as suas famílias.

Mencionou dispositivos específicos da Lei de Minas, a qual preconiza a atribuição de oportunidades para a mulher desenvolver-se economicamente. Falou ainda da Política e Estratégias de Recursos Minerais, a qual, a dado passo, apela para se "Promover a participação da mulher nas actividades mineiras, incluindo o exercício de cargos de gestão e o desenvolvimento de programas de capacitação da mulher para a realização de negócios".

Embora as oportunidades para a mulher estejam escritas na Lei de Minas os e as participantes foram unânimes em dizer que apenas está escrito no papel porque na prática não acontece o que está escrito na lei.

Telma reconhece que o sector mineiro precisa que se faça algo para emponderar a mulher. É também por o Governo estar consciente dessas disparidades de género que atribuiu 250 bolsas de estudo para formação na área de geologia, dentro e fora do país. Das 250 bolsas, apenas 60 a 70 foram para mulheres.

Por seu turno Paula Boca do BCI falou das oportunidades de financiamento como parte do empoderamento económico da mulher. Explicou que o BCI possui linhas de crédito desenhadas para mulheres. Essas linhas de crédito foram concebidas do modo a emprestar o dinheiro à mulher e não comprometer a pessoa que pediu o empréstimo, mas também

depende do tipo de negócio que essa mulher precisa desenvolver.

Segundo Paula, para este tipo de empréstimo basta que a mulher tenha uma conta bancária e registo da empresa e ter um plano de negócios para obter o financiamento.

Por sua vez Helena Bandeira, Presidente da Associação Moçambicana do Cooperativismo Moderno disse que não fazia sentido a mulher continuar a ser a mais pobre porque constitui a maioria da população em Moçambique, em África e no Mundo.

Ela acrescentou que as mulheres são a maior parte da população e o dinheiro passa pelas suas mãos, pois elas são as que mais dinheiro movimentam e fazem-no chegar a mais pessoas, desde o crédito rotativo mais simples, o Xitique até ao negócio inter-continental, então não faz sentido que a mulher continue a mais pobre. Helena disse ainda que a mulher moçambicana tem um faro nato de identificar negócios e, ela faz com que os bancos movimentem muito dinheiro, mas por vezes a mulher nem sequer tem contas bancárias e não é contemplada no sistema de créditos bancários.

Uma participante disse que as leis são bonitas e bem escritas mas a mulher não as conhece. Ela preferia que se discutissem contextos reais e com dados de base porque a mulher precisa, primeiro de educação que é a condição primária

para poder aceder a muitas ofertas e ao empoderamento.

O nível de educação da mulher é baixo e não permite que ela perceba tudo o que aqui foi dito pelas painelistas dos ministérios e do banco.

Roberta Gomes disse que as dificuldades impostas à mulher que anseia fazer negócios e queira fazer tudo como deve ser e correctamente, são enormes. Explicou que a vida da mulher mukherista não é de invejar porque é de muitos riscos (acidentes e assaltos).

As mulheres preferem fazer mukhero porque os bancos dificultam muito quando ela pede empréstimo. Nos bancos, as mulheres dão muitas voltas de tal forma que acabam por desistir. Essa é a razão porque a mulher prefere estender saco na esquina, fintar a polícia camarária, mas a fazer o seu negócio de sobrevivência.

"Esse nome de mulher empreendedora é muito bonito e funciona aqui nesta sala onde estamos, com ar condicionados, mas depois de sairmos daqui a mulher tem outro nome, chama-se mulher desenrasca", disse Roberta Gomes.

Ficou claro durante o Fórum Consultivo Anual do AGIR que o empoderamento da mulher deve ser uma acção de agenda do governo com inclusão de todos actores da sociedade.